

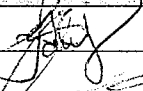
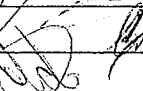
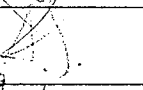
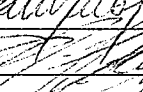
ASPEG	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

Ata de Reunião – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Identificação da Reunião

Data da reunião: 25/09/2014	Início: 14:25 Término: 15:48	Local: Núcleo da Qualidade (3º andar, edifício-sede).
Objetivo da reunião 1. Planejamento Estratégico: Alinhamento ao PDTI; 2. Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação;		

Participantes da Reunião

Nome	Unidade	Presença/Ausência	Assinatura
TATIANA ZANINE ARANTES	ASPEG	P	
PAULO SÉRGIO TAIRA	ASPTI	P	
CRISTINA TOKARSKI PERSIJN	ASPSA	P	
ADENIR JOSÉ DE SOUSA	ASPGP	P	
RILDON AURELINO EVARISTO DAMACENO	091ZGO	P	
RODRIGO LEANDRO DA SILVA	DG	P	
DORY GONZAGA RODRIGUES	STI	P	
JOSÉ FERNANDO ALVES DE SOUSA	CCI	P	
ANTONIO CELSO RAMOS JUBÉ	SAO	P	
MARCUS FLÁVIO NOLÊTO JUBÉ	SGP	P	
FLÁVIA DE CASTRO DAYRELL	SJD	A	

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.0		1/3

ASPEG	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

Síntese da Reunião

Inicia-se a reunião ressaltando o papel do CGTIC, entidade dentro do Tribunal que delibera sobre a alocação dos recursos de Tecnologia da Informação de modo a atender as atividades e serviços da Justiça Eleitoral goiana, garantindo a plena execução do orçamento em atendimento das necessidades. Tal encontro visa o tratamento da proposta orçamentária para o próximo exercício, para projeção e utilização de tais recursos, em atenção a Governança de TI.

Além deste, outro item a ser tratado é o alinhamento do PDTI e PETI ao Planejamento Estratégico deste Regional e do Tribunal Superior Eleitoral. Em vistas ao não-lançamento de diretrizes estratégicas pelo TSE até a presente data, é nítida a necessidade, além da revisão do Planejamento Estratégico já existente, a de sua prorrogação até que sejam dados novos rumos ao debate junto ao Superior.

A Assessora Tatiana, amparada pela experiência adquirida na última Reunião Preparatória para o Encontro Nacional do Judiciário, ocorrida em 23/09/2014 e 24/09/2014, explana aos demais que o cenário estratégico da Justiça Eleitoral não é favorável, dado o silêncio do TSE quanto a disponibilização de normativos para o Plano Estratégico Plurianual, o que endossa as necessidades retrocitadas, além do alinhamento junto ao PETI e PDTI.

Assim, a proposta de tal alinhamento do PETI e PDTI é a realização destes em conjunto ao Comitê, efetuando-se as revisões em parceria com os responsáveis pela área de Gestão Estratégica. O Assessor Paulo Taira informa que já foram mapeadas as principais demandas das unidades da Secretaria e Zonas Eleitorais durante os trabalhos anteriores a este encontro, com origem na análise crítica das solicitações oriundas das referidas unidades, a exemplo do tratamento das necessidades relacionadas à implementação do cadastro biométrico ordinário. Tal mapeamento será trazido a deliberação, visando à conclusão de tal listagem. Nesse mister, tais trabalhos, devem abarcar a proposta orçamentária, o tratamento das necessidades da JE e o alinhamento entre o Plano Estratégico e o de TI, na Justiça Eleitoral.

Inicia-se a leitura do Plano de Contratação revisado em relação a proposta orçamentária elaborada em novembro do ano de 2013, analisando-se os projetos e iniciativas que originaram tal demanda, em paralelo com sua execução até o presente momento. Nota-se que as iniciativas constantes no documento estão concluídas ou em fase de execução/conclusão. Também foram incluídos no referido Plano, as contratações de serviços de TI com caráter contínuo. Ainda nessa leitura, o Secretário de TI, Dory Gonzaga, lista as inovações e projetos relacionados, com destaque à ampliação e otimização das velocidades de conexão, entre as Zonas Eleitorais, o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral, conforme constado no material disponibilizado aos presentes. Ressalta, ainda, que a adesão ao *Cloud Computing* ainda não é viável para esta Corte, apesar de alguns Regionais já trabalharem com esta ferramenta. Tal fato se dá pelo motivo de que ainda não estão mapeados mecanismos para análise de riscos e quanto ao conteúdo que poderia ser armazenado remotamente.

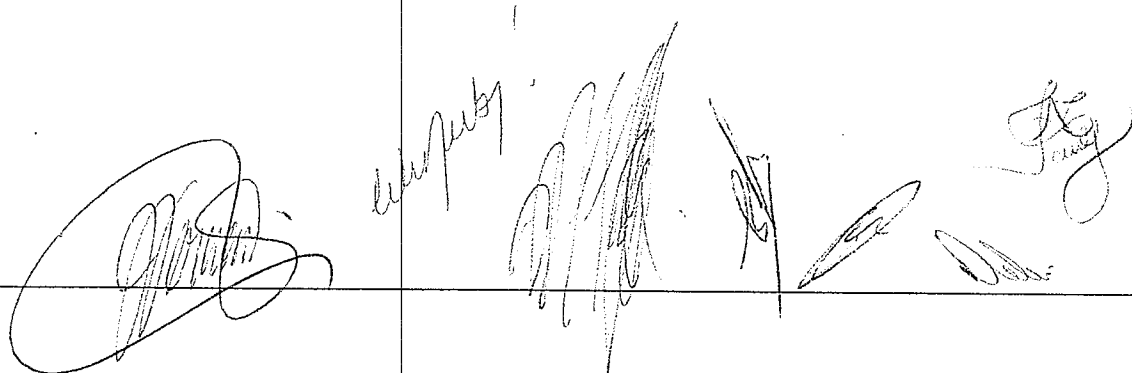
Os presentes reiteram a carência de definição de políticas nacionais por parte do TSE, não apenas para a área de TI, mas para o Sistema Eleitoral como um todo. Dentre os ganhos oriundos de uma possível definição de normativos gerais e centralizados, destacam-se a agilidade nos processos, a padronização dos serviços e a economia referente à contratação.

Quanto ao Plano de Contratações de TI, mais especificamente quanto o material normativo e o manual de contratações, cita-se que já existe reunião agendada para o 28/09/2014, objetivando sua análise sistêmica, bem como o debate, validação e ratificação do material, para posterior publicação de portaria que legitimará tais feitos.

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.0		2/3

ASPEG	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

Ao fim do encontro, fica acordada dentre os presentes, a marcação de próxima reunião para tratar da aprovação do Plano de Contratações, agendada para 18/11/2014.



Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.0		3/3

